



PCMG deflagra operação Veredicto Sombrio contra fraudes no Judiciário

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, nesta quarta-feira (10/12), a operação Veredicto Sombrio, em resposta a um trabalho de inteligência conduzido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e pela Corregedoria-Geral de Justiça. Foram cumpridos 27 mandados judiciais, entre prisões e buscas e apreensões, nas cidades de Belo Horizonte, Sete Lagoas e Jacutinga.

Ao todo, nove pessoas foram presas. A operação também resultou na apreensão de veículos de luxo, joias, computadores e celulares, além do bloqueio de aproximadamente R\$ 40 milhões pertencentes ao grupo investigado, incluindo cerca de 180 mil dólares em criptoativos.

Os resultados foram apresentados em entrevista coletiva que contou com a presença da chefe da PCMG, delegada-geral Letícia Gamboge; da juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Andréa Cristina de Miranda Costa; e do juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Marcelo Rodrigues Fioravante.

“A operação teve o intuito de combater uma organização criminosa que fraudava ou buscava fraudar sistemas corporativos do TJMG e do Conselho Nacional de Justiça. Assim sendo, o Governo de Minas e a Polícia Civil de Minas Gerais reafirmam o compromisso com o combate ao crime organizado em nosso estado”, afirmou a delegada-geral.

Ela destacou ainda a segurança das plataformas tecnológicas do Poder Judiciário. “Os sistemas são seguros, tanto que, quando houve essas ações criminosas, prontamente o Serviço de Inteligência do Tribunal, com apoio operacional do GSI — que é multiagencial, inclusive com policiais civis —, fez a identificação dos responsáveis. Se não fosse essa atuação integrada, não haveria a identificação dos envolvidos nem a prisão do líder da organização criminosa aqui em Belo Horizonte”, ressaltou.

Investigação

As apurações iniciais identificaram fraudes em sistemas operacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com uso indevido de credenciais vinculadas a magistrados. Após a constatação dos indícios, as informações foram encaminhadas à 3ª Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Organizado do Departamento Estadual de Operações Especiais (3ª Draco/Deoesp), que aprofundou o trabalho investigativo e confirmou a existência de uma organização criminosa estruturada para fraudes cibernéticas e lavagem de dinheiro.

O chefe do Deoesp, delegado Álvaro Huertas, explicou o perfil dos investigados. “É um perfil distinto de organizações criminosas tradicionais. Percebemos, nas entrevistas realizadas durante as operações, que eles permaneciam o dia inteiro diante do computador. Trata-se de um grupo não violento, com alto nível de conhecimento técnico e acesso informático, com média de idade entre 20 e 30 anos.”

Segundo o delegado, todas as tentativas de fraude eram monitoradas pelo setor de inteligência do Tribunal. “A definição do momento oportuno para impedir a fraude variou conforme o andamento das investigações. Em alguns casos, aguardou-se um pouco mais; em outros, impediu-se imediatamente, sempre de modo a evitar prejuízos ao Estado. Nenhum dano foi causado porque tudo estava integralmente monitorado”, finalizou.